

EXPANSÃO URBANA E ESPAÇOS LIVRES: DINÂMICAS, INFLUÊNCIAS E CONFLITOS NA CONFORMAÇÃO DA PAISAGEM DA ZONA SUL DE BAURU-SP¹

Mariana Rossi

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo; Área de concentração: Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo.

E-mail: rsi.mariana@gmail.com

Karina Andrade Mattos

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo; Área de concentração: Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo.

Norma Regina Truppel Constantino

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo; Área de concentração: Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo.

RESUMO

Nas últimas décadas, novas dinâmicas de produção e transformação da paisagem urbana têm influenciado no caráter dos seus espaços livres. Processos como a fragmentação e a dispersão do tecido urbano, nos quais se insere a rápida proliferação de condomínios e loteamentos residen-

¹ Este artigo é uma versão estendida do artigo intitulado “Sistemas de espaços livres na paisagem contemporânea. Influências e conflitos de novas dinâmicas de produção do espaço urbano”, publicado nos anais do XIII Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (ENEPEA), 2016, Salvador.

ciais fechados, têm contribuído para o aumento da insegurança e abandono dos espaços abertos de livre acesso, prejudicando as dinâmicas sociais de caráter público. Neste trabalho, busca-se ressaltar os benefícios que esses espaços poderiam proporcionar para a cidade, se, no lugar de serem tratados como fragmentos isolados, fossem pensados como um sistema, ou seja, como um conjunto de elementos integrados às estratégias do planejamento urbano como um todo. A partir de estudo de caso realizado na cidade de Bauru-SP, são analisadas as transformações que os espaços livres vêm sofrendo diante das novas formas de organização do tecido urbano com tendências à privatização, sobretudo em áreas de recente expansão urbana.

PALAVRAS-CHAVE: sistema de espaços livres; urbanização dispersa e fragmentada; privatização do espaço urbano; condomínios e loteamentos fechados; Bauru.

ABSTRACT: Urban expansion and open spaces: dynamics, influences and conflicts in the conformation of the landscape of the South Zone of Bauru-SP

Over the last decades, new dynamics of urban landscape production and transformation have influenced on the character of their open spaces. Processes such as the fragmentation and the dispersion of the urban fabric, which include the fast proliferation of gated communities, have contributed to the increase of insecurity and abandonment of the free access open spaces, damaging the social dynamics of public character. This paper aims to highlight the benefits that these spaces could provide for the city if, instead of being treated as isolated fragments, they were thought of as a system, that is, as a set of elements integrated with the urban planning strategies. From the results of a research carried out in the city of Bauru-SP, are analyzed the transformations that open spaces have been suffering owing to the new forms of organization of the urban fabric with tendencies to privatization, especially in recent urban sprawl areas.

KEYWORDS: urban open spaces systems; dispersed and fragmented urbanization; privatization of urban space; gated communities; Bauru.

RESUMEN: Expansión urbana y espacios libres: dinámicas, influencias y conflictos en la conformación del paisaje de la Zona Sur de Bauru-SP

En las últimas décadas, nuevas dinámicas de producción y transformación del paisaje urbano han influenciado el carácter de sus espacios libres. Procesos como la fragmentación y la dispersión del tejido, en los que se inserta la rápida proliferación de condominios y lotizaciones en urbanizaciones cerradas, han contribuido con el aumento de la inseguridad y abandono de los espacios abiertos de libre acceso, perjudicando las dinámicas sociales de carácter público. Este trabajo busca resaltar los beneficios que esos espacios podrían proporcionar para la ciudad, si en lugar de ser tratados como fragmentos aisladas, fuesen pensados como sistema, o sea, como un conjunto de elementos integrados a las estrategias de planificación urbana. A partir de estudio de caso realizado en la ciudad de Bauru-SP, se analizan las transformaciones de los espacios libres frente a nuevas formas de organización del tejido con tendencias a la privatización, especialmente en áreas de reciente expansión urbana.

PALABRAS-CLAVE: sistema de espacios libres; urbanización dispersa y fragmentada; privatización del espacio urbano; condominios y urbanizaciones cerradas; Bauru.

1 INTRODUÇÃO

Diante dos processos de produção da cidade contemporânea, observa-se uma ampla abordagem sobre as interpretações, os modos de uso e apropriações do espaço e da paisagem urbana. A intensa urbanização, em conjunto com as crescentes preocupações globais de diminuição dos problemas ambientais e com as pressões sociais para o uso dos espaços livres, tem causado, nas cidades brasileiras e especificamente no oeste do Estado de São Paulo, um conflito entre as estratégias de ocupação do solo urbano, os espaços livres e suas significações. O desenho atual dessas cidades tem contribuído muito pouco para a qualificação do meio ambiente, da paisagem física e dos espaços não edificados.

Na tentativa de solucionar esses desequilíbrios entre urbanização e valores ambientais, novos conceitos relacionados à paisagem urbana vêm surgindo, principalmente em relação à interdependência entre os sistemas naturais e os construídos. Para entender essa interdependência, é fundamental a compreensão do conceito contemporâneo de Paisagem. Para Magalhães (2007, p. 106), “a Paisagem é a imagem que resulta da interação entre os processos naturais e os antrópicos”. Segundo a autora, a paisagem é o produto de diversas interações dinâmicas, bióticas e abióticas, nas quais o homem se inclui. Assim, as transformações pelas quais a paisagem contemporânea vem passando implicam “a existência de muitas Paisagens, dependendo do conhecimento detido pelo observador” (Magalhães, 2007, p. 108). Por outro lado, a abordagem de Besse (2006) sugere a possibilidade de várias “entradas” coexistentes no pensamento contemporâneo a respeito da paisagem, e que, muitas vezes, podem estar articuladas entre si. Para o autor, a paisagem pode ser definida como uma representação cultural, um território produzido pelas sociedades ao longo da história, um complexo sistêmico que articula os elementos naturais e culturais, um espaço de experiências sensíveis e um local ou contexto para o projeto.

É fato que as relações entre o homem e a natureza vão se modificando ao longo do tempo, sendo fundamental a compreensão dos diversos papéis do sistema de espaços livres para a paisagem contemporânea, principalmente nos dias atuais, em que de um lado, surgem modos de vida baseados em aspectos de crescimento urbano e econômico, e, de outro, deseja-se promover atividades ambientalmente sustentáveis que proporcionem qualidade de vida. As políticas públicas do Brasil não conseguem atender todas as necessidades que surgem dessa realidade, principalmente quando se busca privilegiar setores da sociedade, como o imobiliário. A conformação do ambiente urbano tem se baseado em ações cujos objetivos são mais econômicos e políticos do que sociais e ambientais. Observa-se que muitos espaços urbanos são, além de local de consumo, um objeto de consumo.

Nesse sentido, percebe-se o impacto de novas dinâmicas atuantes na produção do espaço urbano contemporâneo, sobretudo a partir das três últimas décadas do século XX. Em se tratando de grandes cidades e metrópoles, alguns autores, como Salgueiro (1999) e Prévôt Schapira (2001),

apontam para a fragmentação como um dos principais fenômenos que caracterizam a cidade contemporânea, tanto no aspecto espacial quanto no social. Partindo da constatação da superação dos esquemas de produção fordista e do estabelecimento da era pós-industrial, a partir dos anos 1970, as pesquisas que tratam da fragmentação do espaço urbano apontam para novas maneiras de se organizar o território, conforme se afirmam também os modos mais flexíveis de produção e circulação de capital e pessoas, relacionados ao fenômeno contemporâneo chamado globalização.

Para Magalhães (1992), tanto o modelo dito “ecologista” quanto o “racionalista” das teorias urbanísticas perderam a preocupação pela forma e o desenho urbano. No caso das cidades do interior paulista, mesmo estas sendo de porte bastante inferior ao daquelas consideradas “cidades globais” e demais metrópoles, ainda assim tem sido possível notar tendências de fragmentação do tecido urbano, acompanhadas de novos padrões de segmentação social e organização dos espaços públicos, refletindo, por conseguinte, em transformações relacionadas aos espaços livres urbanos, relativas à sua forma, ao seu uso e à sua composição social.

Em suas reflexões sobre o fenômeno contemporâneo da fragmentação, Salgueiro (1999) usa o termo “cidade fragmentada”, o qual define como sendo uma cidade contemporânea caracterizada a partir de quatro elementos básicos: a tendência ao policentrismo – constituição de diversos centros comerciais e de serviços em áreas afastadas, estabelecendo-se relações periferia x periferia – acompanhada da perda da hegemonia do centro principal; a existência de “enclaves” – os conjuntos residenciais e comerciais fechados de acesso controlado –, criando barreiras com o tecido existente na cidade; a constituição de áreas de funções mistas, em oposição ao zoneamento moderno funcionalista; e, por último, o que a autora chama de “dessolidarização do entorno próximo”, ou seja, o desprendimento dos indivíduos do território físico, visto que a participação social passa a ocorrer muito mais por redes de relações virtuais à distância (Salgueiro, 1999, p. 68).

Neste trabalho, considera-se importante abordar a questão dos espaços livres a partir da observação dessas características da cidade fragmentada, em especial no que diz respeito ao aumento do número de “enclaves” residenciais em áreas periurbanas de cidades do oeste paulista, em especial Bauru. Caldeira (2011) também usa o termo “enclave fortificado” para se referir aos condomínios fechados de uso residencial, comercial e de serviços, apontando também as mudanças que esses espaços causam nos padrões de segregação social na cidade, pois “cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de um estilo moderno de espaço público aberto à livre circulação” (Caldeira, 2011, p. 259).

A proliferação de condomínios e loteamentos fechados tem trazido novos desafios ao planejamento da paisagem, à medida que contribuem para a transformação do caráter dos espaços livres públicos ao disponibilizar, muitas vezes, equipamentos de lazer e convívio exclusivos. O rápido crescimento das áreas urbanas dessas cidades nos últimos anos tem causado mudanças tanto na paisagem física quanto na percepção da população sobre os espaços livres e o meio ambiente. A busca pela segurança, por paisagens naturais e por esses equipamentos de

lazer e convívio exclusivos tem levado as pessoas para os condomínios e loteamentos fechados localizados principalmente nas áreas periféricas da cidade, gerando uma baixa conexão com as dinâmicas urbanas e ambientais das áreas já consolidadas.

Sendo assim, é de total importância a compreensão do papel dos espaços livres na cidade contemporânea e a sua inserção nas novas dinâmicas de produção do espaço urbano.

2 METODOLOGIA

89

A paisagem urbana e os espaços livres podem ser estudados por meio de diferentes métodos, de acordo com a linha de pesquisa e a disciplina. Dessa forma, a primeira ação fundamental é a sintetização, por meio de pesquisa bibliográfica, das principais abordagens de conceitos e teorias relacionados ao assunto a serem adotados como ponto de partida para os estudos de caso. Neste artigo, os procedimentos metodológicos e resultados apresentados se referem a um estudo de caso na cidade de Bauru-SP, realizado por Rossi (2016) como parte da pesquisa de Mestrado Acadêmico, cujo enfoque foram as transformações paisagísticas decorrentes da inserção de condomínios e loteamentos fechados no tecido urbano. O levantamento de dados compreendeu tanto a análise de mapas e projetos urbanísticos dos empreendimentos, quanto à realização, ao longo do ano de 2015, de entrevistas com moradores desses espaços. A pesquisa buscou a compreensão de como as novas dinâmicas de transformação da paisagem, relacionadas às tendências de internacionalização da economia e fragmentação socioespacial, vêm se sobrepondo às lógicas que deram origem a essas cidades no início do século passado, e como tem sido a relação entre o tecido pré-existente e as novas dinâmicas.

Neste artigo são aprofundadas as relações entre os espaços livres urbanos enquanto sistema e as novas formas de ocupação do território caracterizadas pela implantação de condomínios e loteamentos residenciais fechados. Assim como em diversas capitais e cidades médias brasileiras, observa-se no oeste paulista, e especificamente na cidade de Bauru, a tendência à homogeneização e generalização da paisagem.

É importante mencionar que os métodos de investigação e sistematização dos dados foram baseados na definição de três chaves de leitura da paisagem da unidade territorial definida como estudo de caso. Essas três chaves, entretanto, não foram tratadas de maneira isolada entre si, ao passo que se pressupõe uma interdependência entre elas:

A compreensão da paisagem e do sistema de espaços livres do ponto de vista histórico, a partir de um conjunto de fatores determinantes na conformação da paisagem, construídos a partir da relação entre a ocupação humana e os elementos naturais e geográficos do lugar;

O estudo dos espaços livres do ponto de vista morfológico, considerando as características de projeto dos principais condomínios e loteamentos fechados presentes na área do estudo de caso;

A abordagem de questões culturais e simbólicas que permeiam os espaços livres tomados como estudo de caso, a partir da associação entre o referencial teórico e informações obtidas em entrevistas feitas com moradores da região estudada.

Neste artigo, contudo, os resultados apresentados referem-se, sobretudo, à abordagem do objeto de estudo a partir da segunda chave de leitura, explorando-se aqui aspectos mais relacionados às condições dos espaços livres na paisagem sob o ponto de vista de sua relação com a morfologia urbana².

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Sistema de espaços livres nas cidades contemporâneas

A constituição de uma paisagem urbana configura-se por meio de “relações físicas, metafóricas e programáticas” do Homem com o território, além de um elemento híbrido entre o urbano e o natural, um novo estrato, o estrato livre (Batlle, 2011, p. 143). Espaços não edificados (Magnoli, 2006), os espaços livres apresentam diversas funções e são constituídos por ruas, praças, parques, pátios, quintais, avenidas, rios, dentre outros, que juntos, compõem o sistema de espaços livres das cidades. De acordo com Batlle (2011, p. 168), o sistema de espaços livres surgiu a partir do desenvolvimento do modelo elaborado por Olmsted, “que estabelecia a superação dos conceitos estabelecidos nos primeiros parques públicos e somava a sua definição inicial uma maior integração urbana, uma cuidada sistematização dos elementos utilizados e uma intenção de classificar os usos oferecidos.”. Para Queiroga e Benfatti (2007, p.82), o reconhecimento sistêmico desse conjunto de espaços constitui um “importante fator para a análise, diagnóstico, proposição e gestão dos espaços livres, notadamente para os espaços públicos”, contudo, a percepção isolada e independente dos elementos atualmente, não os reconhecem desta maneira, resultando em ações desarticuladas e improvisadas.

Os rápidos processos de crescimento, transformação e fragmentação de algumas cidades, especificamente as do Oeste do Estado de São Paulo, têm causado também uma rápida transformação e fragmentação dos espaços livres urbanos, moldando esses elementos à nova forma de ocupação territorial, comprometendo sua própria constituição enquanto sistema. Os processos

² Sobre os resultados da pesquisa relacionados mais diretamente às outras duas chaves de leitura da paisagem, ver Rossi (2016).

de (des) qualificação desses espaços por ações públicas e privadas têm resultado em sistemas de saneamento básico precários (Macedo et al., 2009); enchentes sazonais contrapondo-se com períodos de seca e falta de água (Spirn, 1995); praças e parques cada vez mais pavimentados e com menos árvores; calçadas em péssimas condições de conservação e ruas cada vez mais inseguras, que não respeitam e valorizam as visuais (Tardin, 2008); rios e córregos canalizados ou com as margens impermeáveis, sem qualquer consideração ambiental; “sobras” de espaços livres; e residenciais fechados equipados com espaços livres privados que coíbem, progressivamente, as relações de seus moradores com os espaços livres públicos.

Para Jacobs (2000, p. 454), “o pseudoplanejamento urbano implacável, simplista e o pseudodesenho urbano que temos atualmente é uma forma de ‘desconstruir’ cidades.” Ainda segundo a autora, as soluções “rotineiras, implacáveis, desastrosas e simplistas” tomadas para as necessidades físicas, sociais e econômicas das cidades só poderiam “ser inventadas por máquinas administrativas que perderam o poder de compreender, manejar e avaliar uma infinidade de detalhes vitais, únicos, complexos e interdependentes” (Jacobs, 2000, p. 454). Planos, programas e projetos tornaram-se desarticulados em administrações deficientes. Apesar da crescente consciência de que os processos naturais e as ações humanas são questões inseparáveis e devem ser pensadas e planejadas simultaneamente, a cidade ainda se desenvolve em resposta às pressões sociais, políticas e econômicas, desprezando os espaços livres e as potencialidades que seus elementos naturais têm de proporcionar formas urbanas diferenciadas e simbólicas.

Para Tardin (2008, p. 51), a percepção da paisagem pode ter grande influência sobre a ordenação do sistema de espaços livres “enquanto um elemento essencial para a manutenção da qualidade visual de um lugar, com repercussões sobre o desenvolvimento da qualidade de vida da população e a preservação de seu patrimônio natural e artificial”. Quando bem planejados e estruturados em um sistema formado por um conjunto de elementos e funções que se associam, os espaços livres podem exercer benefícios para o meio urbano e seus usuários. Uma rede equilibrada oferece benefícios bioclimáticos, ecológicos, estéticos, econômicos, funcionais, sociais, culturais, afetivos e simbólicos. Alguns desses benefícios são a redução da poluição atmosférica; atenuação de ruídos; melhorias microclimáticas; drenagem, preservação e requalificação ambiental; qualidade paisagística; incentivo a prática de atividades comerciais; valorização do local; circulação urbana; bem-estar, saúde e qualidade de vida; interação social e disponibilização de memórias (Lima & Amorim, 2011; Spirn, 1995; Thompson, 2007). A articulação dos espaços livres como sistema qualifica esses espaços.

Além da inter-relação entre os diversos elementos, o próprio sistema deve articular-se com outros sistemas que compõem a cidade, mantendo o equilíbrio no meio por intermédio de um grande sistema heterogêneo e unificado. Um exemplo dessa inter-relação pode ser observado nos conceitos relacionados à Ecologia Urbana, que preveem a continuidade de estruturas verdes no meio urbano como forma de garantir a existência de espécies e ecossistemas. Para Magalhães

(1992, p. 17), pretende-se com esse conceito “que a paisagem envolvente penetre na cidade de modo tentacular e contínuo, criando nichos ecológicos diversificados e assumindo formas e funções cada vez mais urbanas: do espaço de lazer e recreio; ao enquadramento de infraestruturas e edifícios, à simples rua ou praça arborizada”. É preciso buscar uma harmonia entre infraestrutura e paisagem, transformando grandes projetos de infraestrutura em grandes projetos da paisagem (Batlle, 2011).

A diversidade de elementos ambientais e físicos, a presença de elementos visuais, a variedade social, as combinações e misturas de usos, funções e tipos são alguns dos benefícios adquiridos com a heterogeneidade dos espaços livres. Segundo Tardin (2008, p. 56), “em princípio, manter a heterogeneidade dos espaços livres levaria à individualização de cada porção do território, com o reforço de suas características próprias, contra a homogeneização, a banalização e a segregação das diferenças que vêm assolando nossos territórios atuais”.

As pesquisas realizadas em algumas cidades do interior do Estado de São Paulo têm mostrado essa homogeneização, banalização e segregação citadas pela autora. O que se vê são cidades fragmentadas, com espaços livres cada vez mais generalizados e com uma uniformidade de elementos, limitados progressivamente por “enclaves” residenciais, usos únicos de grandes proporções responsáveis pela criação de fronteiras nas cidades. Essas fronteiras têm criado barreiras físicas e visuais que impedem a interação de usos de ambos os lados, inibindo, automaticamente, a sistematização e a integração dos espaços livres, conformando uma nova paisagem urbana. Para Batlle (2011), os novos espaços livres da cidade contemporânea poderão formar parte de uma sucessão de espaços que irá estabelecer ou recuperar alguma conectividade perdida, aproveitando os vazios que a própria cidade gerou na ocupação do território, além de requalificar lugares degradados possibilitando emergir os valores ecológicos que haviam sido anulados.

3.2 Espaços livres em condomínios e loteamentos residenciais fechados

Desde as décadas de 1980 e 1990, diversas cidades vêm sendo palco da proliferação de condomínios e loteamentos residenciais fechados, espaços destinados à habitação de classes médias e altas, sobretudo, caracterizados por mecanismos físicos e tecnológicos de separação do exterior e controle do acesso de não moradores. Como atrativo, tem sido associada a esses espaços a implantação de verdadeiros clubes de lazer intramuros, com espaços para convívio, realização de esportes e recreação. Benfatti, Queiroga & Silva (2010) acreditam que essa tendência de privatização de atividades originalmente desenvolvidas em espaços públicos tem contribuído para uma série de transformações relacionadas aos espaços livres, tornando-os muito mais complexos no contexto da cidade como um todo. Os autores afirmam que certos espaços públicos, por conta

da privatização sofrida pelas atividades que o envolvem, caracterizam-se, hoje, mais por espaços privados de uso coletivo. Caldeira (2011), ao incluir os condomínios residenciais na classificação “enclaves fortificados”, também afirma que a implantação desses empreendimentos de natureza privada contribui para o abandono de espaços públicos abertos e igualitários. Segundo ela, esses enclaves “atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os ‘marginalizados’ e os sem-teto” (Caldeira, 2011, p. 211).

Um olhar mais atento à situação dos espaços livres em áreas caracterizadas pela implantação de espaços residenciais fechados se faz cada vez mais relevante, ao passo que se percebe que esses empreendimentos colocam em evidência dinâmicas de organização espacial próprias da época contemporânea, pautadas em uma lógica global, que aprofundam os processos de fragmentação social, bem como potencializam e aumentam as distâncias entre os “ganhadores” e os “perdedores” dessa nova organização socioeconômica (Svampa, 2004, p. 3).

A pesquisa realizada na cidade de Bauru buscou investigar, em recorte espacial definido na zona sul do município, região que vem passando por processo de expansão urbana protagonizada por condomínios e loteamentos fechados desde a década de 1990, em que medida a lógica de implantação desses empreendimentos residenciais fechados tem contribuído para a criação de sistemas de espaços livres eficazes, do ponto de vista ecológico, social e cultural, e até que ponto a forma “intramuros” de concepção desses espaços tem prejudicado a experiência da população nos espaços livres da cidade como um todo.

A Figura 1 apresenta uma intervenção em imagem aérea de um recorte da zona sul da cidade de Bauru-SP tomado como estudo de caso da pesquisa. Em vermelho, estão destacados os empreendimentos analisados, caracterizados como condomínios ou loteamentos fechados e em azul, os cursos d’água, cujas áreas de proteção poderiam estar integradas aos espaços livres dos loteamentos, formando um sistema. Foram observados cerca de dezoito empreendimentos, entre condomínios residenciais horizontais³ e loteamentos fechados⁴, relacionados aos principais eixos viários da expansão urbana que vem ocorrendo no município nas três últimas décadas.

3 Os condomínios horizontais são os conjuntos residenciais fechados, de acesso controlado, com administração por regime condominial, aprovados com base na Lei Federal 4.591, de 1964, que assegura a criação de condomínios em edificações e as incorporações imobiliárias.

4 Os loteamentos fechados são aqueles empreendimentos caracterizados por parcelamento de solo na forma de loteamento convencional, aprovados com base na Lei Federal 6.766, de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano; nas cidades do interior de São Paulo observadas na pesquisa, o fechamento e controle de acesso por guaritas se fazem mediante convênios entre incorporadores imobiliários e as prefeituras municipais.



1- Av. José Vicente Aiello
2- Av. Afonso José Aiello

3- Rodovia Bauru-Ipaussu (SP-225)
4- Rodovia Marechal Rondon (SP-300)

Figura 1: Loteamentos fechados estudados na zona sul da cidade de Bauru-SP.
Fonte: Elaborada pelas autoras, a partir de base gráfica do aplicativo Google Earth.

Em geral, o sistema de espaços livres dos empreendimentos observados compreende, além da área livre dos lotes e canteiros centrais de avenidas, áreas de lazer ativo e passivo, como bosques, quadras esportivas, pistas de caminhada, playgrounds e praças, todos internos aos muros de fechamento dos residenciais. Na maioria dos empreendimentos mais recentes, implantados a partir de fins da década de 1990, nota-se que os espaços livres tendem a ser mais amplos, levando à hipótese de que, conforme se acentuam os processos de fragmentação espacial e do fortalecimento de outras áreas periféricas da cidade em detrimento do centro principal, perde-se também o interesse em utilizar os espaços livres públicos mais centrais da cidade, ao passo que a exigência por espaços livres intramuros tende a aumentar.

Quanto à composição social dos espaços livres murados, é certo que se está diante de uma situação de homogeneidade social crescente, visto que, dentro dos limites de cada enclave, o nível socioeconômico dos moradores é muito próximo. Tal situação tem preocupado estudiosos do espaço urbano, que afirmam que a diminuição de convívio com o diferente leva ao aumento da sensação de insegurança e à intolerância a grupos sociais distintos. À medida que a cidade se expande, mais se perdem suas relações sociais. A partir das considerações de Mongin (2009) sobre os perigos da redução da importância dos espaços públicos no cotidiano dos cidadãos, pode-se concluir que a perda de diversidade social nesses espaços de convívio traria um grande prejuízo à função social e política dos sistemas de espaços livres enquanto manifestação da esfera pública. Segundo Jacobs (2000, p. 177) “qualquer uso principal isolado é um gerador de diversi-

dade urbana relativamente ineficiente”. Para a autora, por mais que um espaço tenha sido desenvolvido aparentemente para atender a uma única função, e que seja munido de tudo para atender suas necessidades, tal espaço não consegue de fato oferecer o necessário se estiver ligado a essa única função. A associação de usos que traga as pessoas para os espaços públicos em horários diferentes resulta em “um ambiente fértil para a diversidade derivada” (Jacobs, 2000, p. 178).

Do ponto de vista ecológico, percebem-se algumas contradições nas áreas urbanas caracterizadas pelo aumento dos residenciais fechados: sendo implantados posteriormente à derrubada de remanescentes vegetais nativos, muitas vezes, constroem-se verdadeiros parques de lazer artificiais dentro dos muros dos condomínios, ao passo que, no lado externo, muitas vezes há fundos de vale abandonados, com cursos d’água esquecidos, deixados à função do despejo de esgoto, com potenciais de aproveitamento ignorados. Além disso, fica claro que as interrupções do traçado urbano, decorrentes do próprio desenho viário em malhas fechadas e da instalação de dispositivos de fechamento dos empreendimentos (muros, grades, etc.), promovem a segmentação dos elementos naturais pré-existentes – córregos, matas ciliares e demais áreas de vegetação nativa –, dispensando seu potencial enquanto constituintes de um sistema, transformando-os em fragmentos isolados sem um papel claro no conjunto da paisagem.

É contraditório, entretanto, o fato de que, nas áreas de expansão urbana ligadas à implantação de condomínios e loteamentos fechados, a proporção quantitativa de espaços livres, incluindo áreas verdes e demais áreas permeáveis, é bastante superior àquela encontrada no restante da área consolidada da zona sul, em especial na região compreendida pela unidade territorial definida pelo Plano Diretor Municipal como SPU2 – Setor de Planejamento Urbano 2 (Bauru, 2008).-Estima-se que a maior quantidade de espaços livres nessa área se dê, entre outros fatores, pelo fato de se tratar de uma região urbanizada mais recentemente, em um período em que a legislação ambiental e sua fiscalização se tornaram mais presentes no contexto dos parcelamentos de solo⁵. Um outro motivo para a existência de maior quantidade de espaços livres na região são as restrições de uso e ocupação do solo dos lotes estabelecidas pelas próprias associações de moradores e empresas loteadoras: em geral, as áreas de recuos frontais, laterais e de fundos exigidas no interior dos residenciais fechados é bem maior que aquelas estipuladas pela legislação para os loteamentos convencionais.

Tais condições, aliadas à presença de diversos córregos, pertencentes à bacia Água da Ressaca, e à comprovada necessidade de melhoria do sistema de drenagem de águas pluviais na região, principalmente em decorrência do acelerado processo de impermeabilização do solo por conta dos parcelamentos, fazem que essa região apresente um grande potencial de exploração dos espaços livres urbanos para diversas funções, entre elas a ambiental e ecológica e a recrea-

5 A legislação municipal de Bauru que trata do parcelamento do solo (Lei n. 2339, de 15 de fevereiro de 1982. Estabelece normas para parcelamento, uso e ocupação do solo no Município de Bauru) determina, inclusive, que 10% do total da área das glebas sejam obrigatoriamente destinadas a áreas verdes permeáveis no projeto dos parcelamentos através de loteamento.

tiva. Segundo informações obtidas junto à Secretaria de Planejamento do município, já se dispõe, inclusive, de um projeto de barragens de contenção de águas pluviais a serem locadas ao longo do curso do córrego Água da Ressaca, que fica próximo de vários dos loteamentos fechados observados durante a pesquisa. É fundamental, no entanto, que esse e outros projetos de tal caráter estejam inseridos em uma visão sistêmica sobre os espaços livres urbanos e os recursos naturais do território.

A Figura 2 mostra a relação entre áreas verdes, os parcelamentos de solo convencionais e os fechados na área de interesse da pesquisa, onde ficam claras as diferentes proporções dessas áreas nos espaços correspondentes aos condomínios e loteamentos fechados.

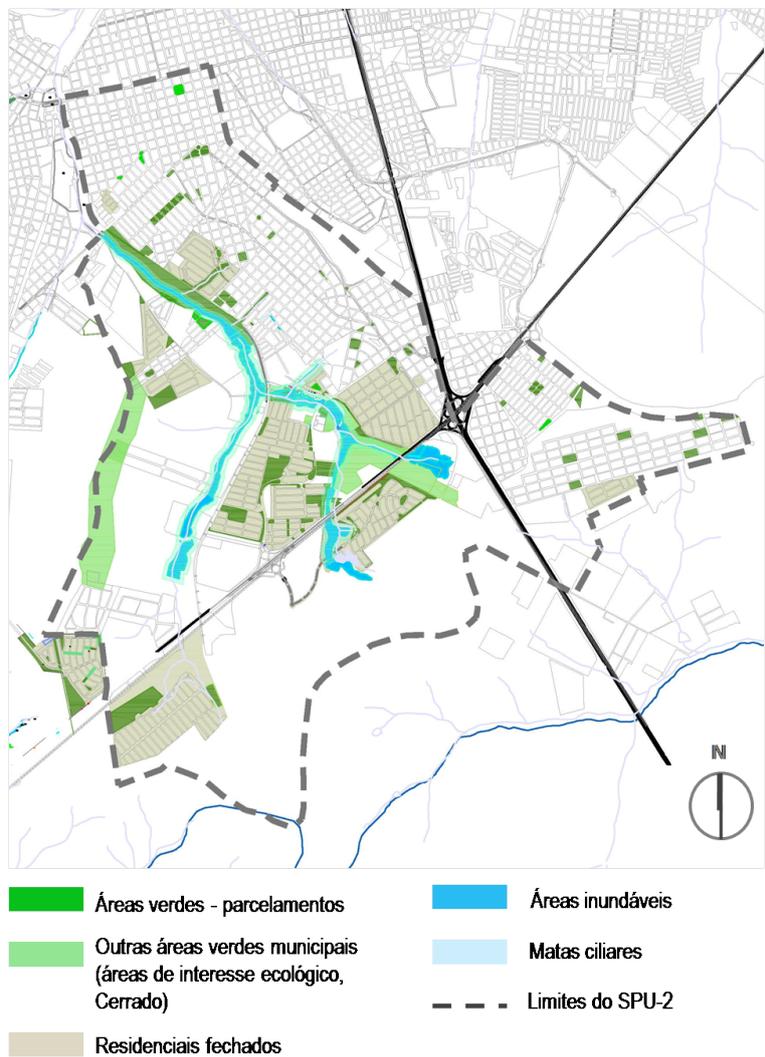


Figura 2. Localização das áreas verdes públicas no Setor de Planejamento Urbano 2, na zona sul de Bauru.

Fonte: Rossi, 2016, p. 139.

Percebe-se, portanto, que a falta de integração entre os diversos sistemas em potencial – sistema de drenagem, sistema de espaços públicos de lazer e recreação, preservação de matas

ciliares e matas nativas – constitui um importante agravante para o fato de os próprios espaços livres não serem tratados como um sistema.

Dessa forma, fica evidente que a fragmentação espacial da qual faz parte o processo de implantação dos residenciais fechados em áreas de expansão urbana também atinge o sistema de espaços livres. Com o fechamento dos residenciais e o desenho urbano concebido pela lógica intramuros, torna-se cada vez mais difícil a percepção dos espaços livres enquanto um sistema integrado e coeso, privando os cidadãos “de fora” do contato com suas áreas livres dotadas de infraestruturas sofisticadas de lazer, ao mesmo tempo que a interrupção da continuidade visual e funcional desses espaços compromete a composição de uma unidade na paisagem.

97

Sendo assim, é de fundamental importância compreender a inserção de condomínios e loteamentos fechados no tecido urbano da cidade contemporânea, entendendo a relação entre seus espaços livres internos e o uso dos espaços públicos pelos seus moradores, visando torná-los mais democráticos, e buscando alcançar diretrizes de políticas públicas voltadas à melhoria do convívio social nesses espaços, usufruindo melhor de todo o potencial que eles representam para a cidade.

4 CONCLUSÕES

Através da discussão sobre novos processos de produção e apropriação do espaço urbano, permeando o fenômeno da fragmentação socioespacial, destaca-se a urgência de se atentar para as consequências dessas novas dinâmicas para os espaços livres urbanos e, principalmente, para sua constituição e percepção enquanto sistema de elementos integrados. A ocorrência do fechamento de espaços livres em residenciais fechados é uma das manifestações das novas formas de organização territorial que tem tornado fragmentada também a compreensão da importância desses espaços para a cidade. Torna-se cada vez mais importante estabelecer políticas públicas e medidas para impedir a perda de valores dos espaços livres enquanto possibilitadores de convívio social entre diferentes usuários.

O desperdício das potencialidades de integração entre os recursos naturais, as áreas livres resultantes dos projetos de parcelamento e as necessidades de espaços de interação social e recreação na cidade só tem a prejudicar a experiência urbana, do ponto de vista tanto social e cultural, como também ambiental e ecológico.

Algumas estratégias para a qualificação dos espaços livres já são previstas nos planos diretores municipais e planos regionais de sistema de espaços livres, bem como estruturas integradas de gestão; contudo, observa-se a carência de ações concretas. Acredita-se que novas medidas devem ser tomadas, a fim de qualificar os espaços livres urbanos. As soluções para a artu-

lação e qualificação desses espaços na paisagem urbana diante das novas dinâmicas de produção do espaço não precisam ser abrangentes, mas a compreensão e o reconhecimento do problema causado pela desqualificação desses espaços, sim. Mudanças podem começar através de pequenos projetos e intervenções atendendo às novas necessidades ambientais. Para isso, é fundamental que administradores e cidadãos se tornem sensíveis à paisagem, protegendo e potencializando seus valores, promovendo, assim, uma gestão e uma ordenação adequada e consciente. Além das normas e dos regulamentos, as políticas dos espaços livres e da paisagem devem atender às necessidades da sociedade, integrando ordenação territorial, sustentabilidade e cidadania.

REFERÊNCIAS

Battle, E. (2011). *El jardín de la metrópoli – del paisaje romántico al espacio libre para una ciudad sostenible*. Barcelona: GG.

Bauru. *Lei n. 2.339, de 15 de fevereiro de 1982*. Estabelece normas para parcelamento, uso e ocupação do solo no Município de Bauru. Bauru. 1982. Recuperado em 25 jul. 2018, de http://www.bauru.sp.gov.br/arquivos2/sist_juridico/documentos/leis/lei2339.pdf.

Bauru. *Lei n. 5.631, de 22 de agosto de 2008* (2008). Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Bauru. Bauru. 2008. Recuperado em 25 jul. 2018, de https://sapl.bauru.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/5812_texto_integral.pdf.

Benfatti, D., Queiroga, E., & Silva, J. (2010). Transformações da metrópole contemporânea: novas dinâmicas espaciais, esfera da vida pública e sistema de espaços livres. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife. Disponível em: <<http://unuhostpedagogia.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/230/214>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

Besse, J. M. (2006). Las cinco puertas del paisaje: ensayo de una cartografía de las problemáticas paisajeras contemporáneas. In: Maderuelo, J. (Org.). *Paisaje y pensamiento*. Madrid: Abada.

Brasil. *Lei n. 4.591, de 16 de dezembro de 1964* (1964). Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias. Brasília. 1964. Recuperado em 22 jul. 2018, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4591.htm.

Brasil. *Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979* (1979). Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Recuperado em 22 julho 2018, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm.

Caldeira, T. P. R. (2011). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34; Edusp.

Jacobs, J. (2000). *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes.

- Lima, V., & Amorim, M. C. C. T. (2011). A importância das áreas verdes para a qualidade ambiental das cidades. *Formação (Online)*, 13 (1), 69-82. Recuperado em 16 outubro 2014 em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/835/849>.
- Macedo, S. S., Custódio, V., Queiroga, E., Robba, F., Galender, F., Degreas, H., e Silva, J. M. P. (2009). Os sistemas de espaços livres da cidade contemporânea brasileira e a esfera de vida pública – considerações preliminares. Recuperado em 10 fevereiro 2016 em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/52.pdf>.
- Magalhães, M. R. (1992). A evolução do conceito de Espaço Verde Público Urbano. *AGROS*, 2, 10-18. Recuperado em 09 maio 2016 em: http://www.isa.utl.pt/ceap/index_files/A%20EVOLUCAO_DO_CONCEITO_DE_ESPACO_VERDE_PUBLICO_URBANO.pdf.
- Magalhães, M. R. (2007). Paisagem – perspectiva da arquitectura paisagista. *Philosophica*, 29, 103-113. Recuperado em 09 maio 2016 em: <http://centrodefilosofia.com/uploads/pdfs/philosophica/29/8.pdf>.
- Magnoli, M. M. (2006). Espaço livre – objeto de trabalho. *Paisagem e Ambiente*, 21, 175-198. Recuperado em 23 outubro 2014 em: <http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/40249/43115>.
- Mongin, O. (2009). *A condição urbana. A cidade na era da globalização*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Prévôt Schapira, M. (2001). Fragmentación especial y social: conceptos y realidades. *Perfiles Latinoamericanos*, 19, 33-56. Recuperado em 09 maio 2016 em: <http://perfilesla.flacso.edu.mx/index.php/perfilesla/article/view/315/269>.
- Queiroga, E. F & Benfatti, D. M. (2007). Sistemas de espaços livres urbanos: construindo um referencial teórico. *Paisagem e Ambiente*, 24, 81-87. Recuperado em 10 fevereiro 2016 em: www.revistas.usp.br/paam/article/view/85699/88459.
- Rossi, M. (2016). *Paisagens e muros: um olhar sobre a urbanização fechada na zona sul de Bauru*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP, Brasil.
- Salgueiro, T. B. (1999). Ainda em torno da fragmentação do espaço urbano. *Inforgeo*, 14, 65-76. Recuperado em 09 maio 2016 em: <http://www.apgeo.pt/inforgeo-14>.
- Spirn, A. W. (1995). *O Jardim de Granito: a Natureza no Desenho da Cidade*. São Paulo: Edusp.
- Svampa, M. (2004). Fragmentación espacial y nuevos procesos de integración social “hacia arriba”: socialización, sociabilidad y ciudadanía. Conferência inaugural realizada no marco do colóquio Latinoamérica: Países abertos, cidades cerradas, na Universidade de Guadalajara, realizado entre 17 e 20 de junho de 2002. Versão publicada na revista *Espiral*.
- Tardin, R. (2008). *Espaços livres: sistema e projeto territorial. Sobre a ordenação do território a partir dos espaços livres*. Rio de Janeiro: 7letras.

Thompson, C. W. (2007). Playful nature: What makes the difference between some people going outside and others not?. In: Thompson, C. W., & Travlou, P. *Open space: people space*. London: Taylor & Francis, 23-37.

Recebido em: 22/11/2018

Aceito em: 06/02/2018